

chamado de casal (matrimonial), nos modelos mentais, são o pai e a mãe, com a porta fechada, com o bebê do outro lado, com o que são constituídas fantasias de cena primária, com a presença de um ego excluído de uma cena erotizada. As representações de casal (matrimonial) se aproximam daquilo que se poderia descrever pelo termo *inexistência*, equivalente a uma representação de um ego que não existiu ou não existe, para esse dado casal. É freqüente, nas análises de casal, a vivência de ser reduzido ao lugar de inexistente, para a mente do outro. Corresponde quando surge, tanto nos possíveis fenômenos de exclusão, como na vivência de estar situado em um lugar onde é impossível a semantização. Uma tentativa de resolução, diante do não-conhecimento, é proporcionada pela violência incluída nas ações. Nesse caso, provém de um nível de indiferenciação onde não existem palavras. A transformação em uma ação-grito aparece como um instrumento para abrir um espaço no vínculo e na cabeça do outro. Trata-se da tentativa de converter a inexistência em uma relação triádica, ocupando, então, o lugar de excluído, que adota as características de intruso violento, para dessa forma forçar a clássica relação edípica.

A impossível representatividade da relação de esposos dos próprios pais se expressa pelos comentários a respeito da outra análise. Esta então surgiria como aquilo que nunca poderá ser conhecido pelo analista, a partir de um dado enquadramento, algo ao qual jamais terá acesso: nem o exclui nem o inclui, mas apenas não lhe pertence. É comparável ao vínculo dos esposos, ao qual o bebê jamais terá acesso. Quando mencionamos as dificuldades contratransferenciais da análise de casal, acentuamos que uma das dificuldades do analista de casal é, no caso de não ter feito ele próprio uma análise de casal, a dificuldade de aceitar a relação de esposo de seus próprios pacientes, pelo que tentará resistencialmente transformá-los em casal parental.

Notas do capítulo 6:

1. Material de uma supervisão.
2. Nota do tradutor: Há um jogo de palavras, em espanhol, entre *se parar*, que significa "ficar de pé" e *separar*, de grafia idêntica em português. Foram mantidas, entre parênteses, quando necessário, as expressões em espanhol, para que possam ser entendidos os jogos de duplo sentido que os autores-analistas quiseram dar ao texto.

- Psicanálise de casal - capítulo 7
Aula de 19/março/2017 - Gisela de

CAPÍTULO 7

Transferência e Contra-Transferência em Psicanálise de Casal¹

INTRODUÇÃO

A CAPACIDADE de transferir é universal na vida do ser humano, estando relacionada com processos inconscientes. A utilização dessa disposição do ser humano, em um enquadramento terapêutico, permite que acedamos tanto ao reconhecimento de mecanismos mentais inconscientes, como à modificação daqueles produtores de disfunção. Atende a mecanismos de deslocamento, condensação e projeção. Em psicanálise, é um conceito teórico-clínico e um instrumento para o conhecimento situacional de processos mentais, em seu desdobramento na relação com o analista. Em sentido restrito, utiliza-se o conceito de neurose de transferência como sendo o desdobramento da situação infantil específica, no vínculo com o terapeuta. É um indicador preciso para o psicanalista.

Alguns autores diferenciam, no marco da psicanálise familiar, a transferência por projeção e a transferência por deslocamento (Eiguer, 1987). Na transferência direta ou hiper-realista, predomina a transferência por projeção de índole psicótica. Seria a "mais abrupta e primitiva". Nesta, o objeto ainda não adquiriu o estado de Objeto Único, sendo apenas um objeto parcial ou, mais ainda, um vazio ou ausência de representação, tingida por uma afetividade disruptiva e inquietante. Existe aqui confusão de duas identidades.

Na transferência por deslocamento, produz-se um desinvestimento da representação e um novo investimento sobre a pessoa do terapeuta, facilitando, neste caso, o trabalho interpretativo.

Alguns conceitos psicanalíticos conservam seu significado inicial. Outros, com a contribuição de novas teorias e observações derivadas da prática, acrescentaram conteúdo significativo, produzindo importantes modificações. A criação de novos enquadramentos de trabalho psicanalítico levou à descoberta de facetas inéditas, as quais levariam, inevitavelmente, a modificar algumas hipóteses fundamentais. Em consequência, isso ocorreria no trabalho de grupos, famílias e casais, tornando necessário, em cada contexto, realizar esclarecimentos conceituais para o uso das hipóteses psicanalíticas fortes.

A teoria da transferência-contratransferência, no marco da terapia psicanalítica de casais, delimita um campo terapêutico tripeessoal. Sua compreensão se enriquecerá, ao se detectarem alguns indicadores que facilitem o conhecimento da dramática desse campo terapêutico. Utilizamos a interpretação psicanalítica como instrumento privilegiado. Precisaremos esclarecer (se não se quiser fazer uma transposição!) o alcance do transferível, em cada enquadramento.

Postulamos, como premissas: a) o número de pessoas presentes em uma relação terapêutica cria condições próprias, pondo em jogo diversos mecanismos mentais considerados como primários, em um, e secundários, em outros; b) a configuração criada pela presença de duas ou mais pessoas é uma entidade com características próprias. Será considerada como possuindo uma qualidade adicionada à soma de suas partes componentes (ver nota 2 do capítulo 2). Exige outros elementos definitórios e possui suas próprias leis.

Na terapia de casal, ocorrem conflitos atualizados pelo enquadramento terapêutico, provenientes das áreas da díade e individuais de cada paciente. Em consequência, poderemos falar de *transferências vinculares*, de *transferências intra-subjetivas individuais* e da resultante das mesmas, configurando um campo emocional ao qual chamaremos de clima. Essa denominação é retirada do material dos pacientes, quando se referem à emoção que os envolve e determina o sentido do diálogo.

A criação de um vínculo de casal é o resultado da transferência do Objeto Casal de cada um, de suas condutas infantis e estruturas interfantásticas e da representação sociocultural ou transindividual.

O CLIMA EMOCIONAL DE CASAL

Este conceito explica a situação emocional vincular, impõe-se às pessoas e é reconhecido no que é manifestado como algo indefinido, mas registrado pelo ego como atuando de fora para dentro.

Em geografia, utiliza-se essa denominação para significar a medida ou o produto do conjunto de características, em geral físicas, que determinam a

habitualidade preponderante de uma zona. Os parâmetros são identificáveis e, com base neles, obtém-se a definição do clima. Como procuramos isolar algumas das condições de possibilidade, na emergência de um clima emocional, parece-nos adequado utilizar esse modelo de hipótese.

Em nosso campo terapêutico, o clima é o conjunto de emoções e sentimentos que funcionam como sustentação de certas interações, difíceis de se traduzirem em palavras. É a síntese de uma zona de encontro imposta aos egos, à qual é impossível subtrair-se, sem a mediação de algum elemento modificador. As palavras utilizadas para caracterizar um clima (emocional) procuram dar conta de algo em parte impalpável e ao mesmo tempo englobante de todos os integrantes de determinado grupo. Fala-se, por exemplo, de clima de casal tenso, pesado, febril, alegre, festivo, tétrico, etc., com a idéia de uma comunicação baseada no chamado, por alguns autores, de contágio emocional. Eludir este campo emocional exige um particular esforço de isolamento. Sendo uma condição envolvente do vínculo e dos dois egos, para que não sofra os efeitos de um determinado clima, é necessário subtrair-se a ele, com um funcionamento mental regido por mecanismos defensivos relacionados com a dissociação, denegação ou isolamento.

O clima emocional funciona como um contexto no qual as mensagens lingüísticas e gestuais adquirem determinada significação, de acordo com o mesmo. É acompanhado por uma representação de emoções e sentimentos primitivos, que provavelmente nunca poderão ser traduzidos em palavras. Possivelmente seja o resultado da emergência de um setor mental anterior à aquisição de palavras, o qual estas, uma vez impostas, enclausuram definitivamente. O clima de um casal é em parte representação da modalidade da interação, devido a certas condutas predominantes e repetitivas. Teremos acesso a uma parte delas com as palavras. Em função da polissemia de palavras e gestos, as opções podem ser ou não compartilhadas, e podem remeter ao bem-estar ou ao mal-estar. Em alguns casos, produzirão um efeito de maior complexificação e, em outros, de redução dos intercâmbios ou ainda de ruptura. Provavelmente, aquilo que vincula são as palavras, enquanto linguagem verbal compartilhada e intercambiada, e o recorte particular, sugerido pelo clima, o qual é uma síntese, englobando os participantes.

Em um trabalho anterior (Berenstein, Puget e Siquier, 1984), sugerimos chamar — de acordo com Piera Aulagnier — de zona de encontro mental, o espaço vincular onde dois ou mais egos entram em contato. Para sua constituição, vigora a fusão com predomínio erótico. Toda zona de encontro contém, implícito, um desencontro, que pode ser semantizado com predomínio tânático.

Os climas podem se agrupar ao redor de duas séries: as derivadas de zonas de encontro associadas à união brindam emoções da série do bem-estar e as zonas de desencontros incluem emoções da série do mal-estar.

Um de nós (Berenstein, 1982a) desenvolveu uma teoria, segundo a qual se estabelecem, no fenômeno de compreender, dois componentes: o captar e o

entender. O clima vincular da série do bem-estar resulta do fato de ser-se captado e ocorre quando o ego e os outros compartilham de um contexto no qual os indícios são interpretados como pertinentes ao outro ou aos outros, de acordo com índices exatos, com possibilidade de compartilhar sentidos e significados. O clima da série do mal-estar, como ocorre nos mal-entendidos baseados em subentendidos, emerge de um contexto idiossincrásico. De acordo com o capta, é possível entender os significados e discordar a seu respeito, sem por isso anular o contexto compartilhado.

Em certa ocasião, uma mãe dizia que o clima criado entre seu marido e a filha a deixava louca. Sentia-se excluída dele, devido aos intensos ciúmes produzidos pela força do vínculo pai-filha. Procurava subtrair-se ao clima, pondo em jogo várias maneiras de se afastar dos representantes da zona de desencontro. Se tivesse havido apenas a exclusão do vínculo, mas não do clima, o sentimento teria sido de dor mental. Como a exclusão se estendia ao clima (contexto), gerava uma sensação particular de enlouquecimento.

Do ponto de vista metapsicológico, a zona de encontro, da qual depende a criação de um clima, estaria condicionada por um componente primário, anulando a separação entre o ego e o outro. O conceito de violência primária (Aulagnier, 1975) descreve a ação do ego materno dando significações ao *infans*, o que se instala como uma prótese mental adequada à suas necessidades, determinando a criação de uma zona de encontro. Quando esta é excessiva ou desmedida, o significado desencontra o ego, produzindo graves alterações no desenvolvimento da capacidade do *infans*.

No casal, a transferência, enquanto reedição de *encontros* e *desecontros originários* infantis, reproduzidos graças ao contexto da terapia, transcorre a partir de uma interação significada em função do clima. O enquadramento terapêutico fornece, então, o marco propício para seu desdobramento.

O chamado clima vincular é a resultante da transferência vincular e das transferências individuais, pelas quais os integrantes de um casal *ajudam-se a repetir* no vínculo.

O psicanalista de casal conta com um instrumento sutil, para detectar e analisar os diferentes componentes do clima, fornecido por sua captação transferencial-contratransferencial, podendo transformá-lo em um bom indicador de funcionamentos inconscientes, que outorgam significação às relações matrimoniais.

TRANSFERÊNCIAS VINCULARES

Dissemos, no capítulo 2, que os vínculos se configuram como uma representação mental de determinada modalidade de ligar dois egos. Ambos

serão, alternativamente, objetos. Determinam a criação de um espaço mental e relacional, composto de uma representação espacial, temporal e social. Conforam uma estrutura com suas próprias leis de intercâmbio. São as premissas para o estabelecimento de um vínculo, uma sensação de carência ou ausência, que leva ao desamparo, e uma ilusão de garantia contra o mesmo.

A representação espacial

Translada-se para o âmbito do consultório, onde se desdobra em suas diferentes configurações. Quem se senta diante do analista e quem fica de lado, conforme o analista seja mulher ou homem, o conteúdo do posicionamento das cadeiras marca, naquele preciso momento, a distância do vínculo. Também se dão ou não lugar, em sessão, ao analista no espaço vincular. Podem existir correlatos a respeito da organização da moradia, dos lugares na cama e na mesa e como se situam na sessão. Alguns casais a começam no bar ou confeitaria próximos e outros continuam a sessão ali. Dessa maneira, referem uma dissociação vincular, apta para a exteriorização de um *acting out*. Quando isso adquire uma coloração perversa, podem continuá-la em um motel, do qual o bebê, na transferência, fica afastado, excluído, enganado, burlado, de acordo com o lugar interfantasmático.

A representação temporal

O aspecto temporal do vínculo contém um fluir vivencial não-exprimível em palavras, uma ordenação cronológica dos sucessos e um futuro de juízos arriscados que contém esperanças e desesperanças referentes aos possíveis sucessos.

Jaques (1984), ao estudar a forma do tempo mental, destaca a existência de dois tempos: o de sucessão e o de intenção. O tempo de sucessão refere-se ao componente diacrônico, com reconhecimento de um antes e um depois, atribuído às ações e com atribuição de um sentido. É o tempo dos relógios, mais próximo do tempo cronológico. O tempo de intenção explica o desejo, a recordação, a percepção e a antecipação. É o tempo de passado, presente e futuro, como campo de força inconsciente. O tempo com intenção vincular contém a história do vínculo, no qual podemos observar um presente, que, no dizer do autor inglês, pode se decompor em um presente imediato não-verbalizável, um presente ativo, cenário no qual cada pessoa leva sua vida ativa, e um presente existencial, referente à nossa intuição da vida como um todo. O presente imediato de um casal é o que procuram verbalizar a *posteriori*, enquanto transcorre um novo e repetido presente imediato. O presente ativo

vincular de um casal é o teatro, representação espacial, no qual são inscritas as ações resultantes dos acordos inconscientes. O presente existencial é aquele que procuram definir como a essência do concebido como característica de seu casal. É comparável à própria definição do Objeto Casal compartilhado. Na contratransferência, é habitual que o analista tenha um nome para cada um de seus casais. Provavelmente, irá corresponder a essa característica essencial.

Os relatos analisados, levando em conta o tempo intencional, dar-nos-ão acesso à história dos acordos e desacordos, e à visão de futuro, como projeção antecipatória de aspectos repetitivos e tanáticos que, em algumas ocasiões, outorgam ao presente imediato e ativo uma qualidade afetiva catastrófica.

A transferência referente ao vetor temporal poderá ser reconhecida, tanto na organização temporal da vida vincular, como nos dados significativos utilizados para construir a história do casal. Algumas vezes, será o dia ou hora de algum acontecimento, a importância atribuída a certas datas e o calendário interno de cada casal. Todo casal agrupa seus acontecimentos, de acordo com ciclos (macrociclos e microciclos) e com um ritmo. Dessa forma, iremos ver ciclos de crescimento e de retrocesso, ritmos nas relações sexuais, na fluidez do diálogo, em suas brigas e reconciliações, etc. Os dois tempos confluem em ciclos e ritmos. No campo transferencial-contratransferencial, a história de eventos significativos no vínculo analítico transformar-se-á em um valioso indicador dessa representação. A articulação do ritmo vital de cada um amiúde se transforma em zona de desencontro, cuja evolução pode ser a de uma brecha insanável ou sua transformação sublimatória.

A representação social

A representação social do vínculo refere-se a sua contextualização, sendo portadora dos valores socioculturais de cada um dos componentes do casal, transmitidos através das normas e do código, inclusive também pelas leis de parentesco. Reflete-se nos mitos familiares e sociais, na ideologia do casal-resultado, quando forem compartilhados a partir de um novo mito de origem e de transcendência.

Partimos da hipótese de que o sujeito adquire, desde o nascimento, uma representação de seu vínculo ego-sociedade, tanto de forma direta como veiculada pelo superego de seus pais ao superego do *infans*. Restam assim duas inscrições: uma proveniente do sistema familiar e outra do sistema social (Puget, 1987). Em alguns casos, o resultado pode ser harmônico, em outros inclui profundas contradições. O vínculo de casal oferecerá a possibilidade tanto de procurar resolver tais contradições como de repeti-las. Dará conta da inserção sócio-política de cada um e de ambos. A incompatibilidade irá aparecer como desencontros ideológicos, no que se refere a valores predominantes, cuja

emergência conflitiva poderá se produzir, quanto à educação dos filhos, a certas atividades sociais, à valorização da posição econômica, etc., amiúde adquirindo a estrutura mental de uma convicção.

EXEMPLO CLÍNICO

Um primeiro exemplo trata de um casal com um ano de tratamento. O analista, por motivos pessoais, apresenta a possibilidade de uma mudança de horário. Não possui um caráter de urgência, mas de necessidade. Oferece algumas opções e um intervalo durante o qual poderiam ir decidindo a respeito da possibilidade de atender a seu pedido. Essa formulação é dirigida à parte adulta dos pacientes, aquela capaz de vir à terapia, de aceitar o enquadramento e obedecer às características inerentes a um tratamento desse tipo. Porém, a mensagem dada pela terapeuta também é registrada a partir de funcionamentos infantis, nos quais poderemos reconhecer a transferência vincular.

O marido aceita o pedido, com bastante celeridade, comentando que "exatamente vinha-lhe a calhar". A mulher reage com obstinação e irritação, dizendo, de maneira provocativa, que "não iria atender ao pedido, simplesmente porque não queria". A partir desse momento, a mensagem da terapeuta se transforma em material desse casal. Se a analista obrigasse ou forçasse o casal a ceder a seu pedido, levá-lo-ia a recalcar um importante material. A sugestão de mudança de horário propõe uma nova organização do campo vincular e de um aspecto da representação temporal. A primeira, próxima da consciência, poderia ser a de um funcionamento onde priva a cumplicidade do marido com a analista, contra a mulher que não acede ao pedido. Porém, porque este casal não acede ao pedido? Uma primeira hipótese leva a pensar na criação de um vínculo transferencial, mediante o qual é produzida uma repetição de uma modalidade particular de ceder aos pedidos formulados entre eles e à modificação da representação temporal, quando envolve a passagem de um tempo individual, pertencente a um membro do casal, projetado na terapeuta.

É recriado, na sessão, um clima de certo mal-estar (desencontro), que abrange a terapeuta, que sente frustração, vinculada à dificuldade de resolver seu problema em um espaço de tempo prudente, bem como certa preocupação pela utilização desse tipo de resposta como material dos pacientes. Provavelmente, transferiram sobre um componente do vínculo, e com fins defensivos, sentimentos de mal-estar e frustração que impregnam o casal, em seu caminho para a constituição do vínculo, com a finalidade de evitar entrar em contato com situações vitais produtoras de um mal-estar maior. A analista pensa em suspender esse tratamento, pois ele obstaculiza sua necessidade de mudança de

horário. Ela julga que esse mal-estar não pode ser eterno, que precisa de resolução. Seja em nível fático ou como possibilidade de obter mais conhecimentos a respeito do funcionamento vincular. O conceito psicanalítico de sintoma prazeroso, em uma instância, e desprazeroso, em outra, talvez seja uma explicação para as duas possíveis resoluções. Para o casal, o desprazeroso ou o frustrante, no nível do vínculo, é prazeroso, no nível da relação com os objetos intra-subjetivos, agora confundidos com os objetos externos. A terapeuta pode confundir-se com seu casal-paciente, pensando que o outro integrante, aquele que acede, é um objeto parental gratificante e duplamente gratificante, por propor que tudo aquilo que não esteja relacionado com esse objeto parental é frustrante, como o é o vínculo de casal.

Nesse momento, a relação transferencial-contratransferencial adquire uma característica frustrante, por ser a reprodução fac-similar de uma mesma característica do vínculo matrimonial. Será esta, por sua vez, uma reprodução fac-similar de uma relação de objeto intra-subjetiva e de situações infantis de cada um, registradas como frustrantes? A que nível pertence essa qualidade frustrante, e por que é mantida, através de um rechaço sistemático às demandas do outro integrante do casal? Além disso, nesse casal, o outro não parecia acusar recebimento do rechaço, nem tampouco exigia uma maior definição, criando-se uma zona de ambigüidade que perpetua, no tempo, a situação de mal-estar. Esta observação novamente nos leva a propor que o vínculo transcende as relações intra-subjetivas, sendo, em alguns casais, mais importante mantê-lo como fonte de reassurimento da identidade do que resolvê-lo ou se desfazer do mal-estar provocado por esse mesmo vínculo.

Na estruturação do psiquismo, existem diferentes fontes de reassurimento da identidade. Uma têm origem nas relações intra-subjetivas com objetos, e outras na possibilidade de estabelecer vínculos estáveis, median-te os quais o indivíduo se reconheça a si mesmo, pela repetição de uma mesma pauta interacional, da qual emana o enquadramento, e uma cotidianidade, por sua vez fortalecedora do sentimento de auto-estima e de identidade. Portanto, em algumas circunstâncias, o mal-estar como tal pode ser resultado de uma modalidade de reassurimento do ego. Isso explicaria a conduta de certos casais, os quais, vistos por um observador, pareceriam estar dentro de uma estrutura vincular que produz predominantemente mal-estar.

A partir da contratransferência, mais uma vez nos vemos envolvidos na tentativa de manter o vínculo em um estado de quietismo, associando-nos, inconscientemente, a esse aspecto do casal, temeroso de entrar em contato com a deterioração produzida pelo mal-estar e que é produtora deste. Analisar o quietismo leva a assumir a crise interna, e à possibilidade de perda do vínculo, equivalente à separação do casal.

Passemos agora a um segundo exemplo, no qual é possível observar a diferença entre relação objeto intra-subjetiva e vínculo.

O marido estava analisando sua problemática conflitiva, referente a uma história infantil, na qual aparecia uma série de recordações ligadas a um mau-funcionamento com seus objetos parentais, em torno de um segredo familiar. Custava-lhe explicar sua situação, diante do segredo, sentindo que lhe tinham obrigado, passivamente, a assumir uma função que não lhe cabia. Ligou a isso, associativamente, por uma falsa conexão, uma conduta de censura para sua mulher. Acusava-a de não lhe contar o que fazia. Na próxima sessão, chegou contentes e contam que tinham decidido festejar o aniversário de bodas dos pais dele, na casa de casal. Por ocasião de uma visita do casal e filhos à casa deles, começaram a olhar fotos de sua infância. Isso funcionou justamente como estímulo para voltar a despertar recordações infantis dolorosas, reagindo com um estado de mau humor e irritação, durante a visita. Para a esposa, tomar contato com essas fotografias permitiu que ela se ligasse com a história infantil do marido, o que foi prazeroso e forneceu um certo tipo de conhecimento, tanto a ela como aos filhos. Ela decide preparar um audiovisual, como presente para os sogros, utilizando precisamente as ditas fotografias. Quando a festa se realizou, o marido disse ter sentido um certo mal-estar, ante a dificuldade de decidir se iria de traje e gravata ou informalmente. Ela ajudou-o a se decidir, pensando que iria parecer uma maior homenagem aos sogros, se fosse vestido formalmente, o que fez. A festa foi prazerosa e, como corolário, ficou contente por ter feito algo para seus pais.

A análise dessa situação fez-nos pensar em um tipo de vínculo matrimonial terapêutico, se assim podemos chamá-lo, ao transformar uma relação objeto infantil intra-subjetiva do marido em uma relação vincular. *O aqui e agora* pôde ser separado do *lá e então*. Se a mulher não se tivesse colocado em posição favorável, para que o vínculo matrimonial realmente aspectos patológicos em ambos os membros do casal, poder-se-ia esperar uma determinada encruzilhada identificatória projetiva, que levaria a esposa a equiparar os sogros a representantes de aspectos deteriorados ou conflitivos de sua própria história infantil, como tinha sucedido em outros momentos da análise. Se tivesse ocorrido essa última possibilidade, o aniversário teria suscitado um conflito matrimonial, com alguma tensão, mal-estar, ou incidente agudo.

TRANSFERÊNCIA DOS PARÂMETROS DEFINITÓRIOS

Voltaremos a utilizar (o que fizemos no capítulo I) o conceito de parâmetros definitórios, no contexto deste capítulo. São eles: cotidianidade, relações sexuais, projeto vital compartilhado e tendência monogâmica. Cada um destes termos contém, e é capaz de remeter a algum comportamento regressivo

infantil e dual não-compartilhado, a uma interferência no espaço vincular, regida por angústias específicas. Também reenvia a diferentes aspectos dos acordos inconscientes do casal, e à problemática do terceiro, com seus lugares na passagem de narcisismo a complexo de Édipo.

A realidade da sessão, com uma configuração tripessoal, propõe uma dramatização simbólica, e a transferência-contratransferência nos aproxima do conhecimento de um comportamento dos personagens, com seus objetos reais externos. A presença de um terceiro real, e não-virtual, como na sessão psicanalítica individual, determina uma inclusão peculiar do terapeuta e do mundo exterior real.

Transferência da cotidianidade

É estabelecida a cotidianidade, com base em pactos inconscientes e conscientes. Desenvolver-se-á nela um campo de forças com os desejos, recordações, percepção e antecipação de cada um dos membros do casal, transformados em acordo e desacordo.

A transferência da cotidianidade remete aos acordos inconscientes, ligados a uma fantasia de imutabilidade dos intercâmbios e ao desejo de manter um reassesamento dado pelo repetitivo e cíclico dos atos da vida diária. Associam-se com aqueles obtidos na primeira infância, mais ligados à autoconservação. Faz parte de tudo o que é transformado em *pressuposto*, sendo isento de reformulação verbal, para cada ocasião. Pode exigir apenas uma explicitação, com referência a lugares e tempo de certos encontros, incorporados ao desejo ou obrigação. Se sua base de sustentação é formada exclusivamente por eles, estão sujeitos a mal-entendidos e à patologia do desencontro.

Todo acordo se apóia na fantasia de poder ser mantido, através do tempo e do espaço. Sendo ilusório, está exposto a não ser cumprido de forma permanente, pois além disso depende das circunstâncias da vida e das interrupções do real, que os acordos tendem a bloquear. Quando um casal decide encontrar-se, nesta ou naquela hora do dia, pressupõe uma continuidade não exposta a imprevistos. Sua base é uma recusa do incognoscível, o futuro ao qual se procura dar um qualidade de imobilidade, à maneira de perpétuo presente. Vir à sessão pressupõe a colocação em jogo, desse parâmetro e sua visualização. Podem vir juntos, ou se encontrar antes da sessão. A partir do enquadramento, ambos devem ser recebidos, e não apenas um. O atraso de um deixa o outro esperando e, para o terapeuta, seu paciente-casal chegou tarde. Quem *ficou esperando* não foi apenas um deles, mas, no que se refere ao casal, o próprio analista.

No funcionamento infantil, a imagem dos pais é investida com a capacidade de fazer tudo aquilo que é previsível e cognoscível, e essa projeção penetra na mente dos próprios pais, com caráter de certeza. Complementarmente, os

pais projetam no filho a continuidade do que foi depositado nele, além do próprio tempo e espaço. O marco social, transindividual, também impõe uma trama pautada e estável, como o seria o bairro ou lugar da cidade, e certos referenciais permanentes dos intercâmbios cotidianos. Para os habitantes de cada grupo social, este fica inscrito na mente, como representativo da estabilidade social. Sobre esta base, o descumprimento de um acordo é comparável à lesão da auto-estima, levando a uma restauração da ferida, cuja evolução é feita no sentido da reformulação do acordo ou da censura. Acordo e reformulação permanente do mesmo ou desacordo, mal-entendido e censura. É dessa forma que, na cotidianidade, são revividos os intercâmbios concretos do mundo infantil, ligados à repetição do conhecido e a uma lenta incorporação de outros novos, que transformam a vivência de cotidianidade.

A cotidianidade pode se investir de Eros ou de Tanatos. Quando ocorre o primeiro, ela adquire a significação de sustentação de uma estrutura a partir da qual é possível a realização de uma maior complexificação vincular. Quando ocorre o segundo, é vivenciada como cerceante, despertando sentimentos de exigência, aprisionamento, tédio e aborrecimento. Sobreinveste-se seu aspecto repetitivo e monótono, que ocupa todo o espaço vincular. É acompanhada pela alteração do tempo de sucessão e do tempo de intenção: *o tempo não passa e a história se repete*.

A alteração da cotidianidade é apresentada, em algumas circunstâncias, como perda do reassesamento por ela fornecido; deve prover e remete ao aparecimento de reações violentas, geradoras de maus-tratos.

Em outras circunstâncias, esta mesma alteração é necessária para criar fatos novos, referentes às zonas de encontros criativos.

A cotidianidade pode ser considerada como um *terceiro* na vida vincular, e costuma adquirir uma conotação concreta de realidade. Do lugar e qualidade desse terceiro, na organização triádica, irão surgir diferentes funcionamentos vinculares.

Na situação analítica, transfere-se, por um lado, o relativo ao enquadramento, ritmo dos intercâmbios e os lugares designados. Em algumas ocasiões, determina-se uma configuração, na qual o analista é instaurado como juiz e possuidor de um conhecimento verdadeiro acerca de como deve ser regida a vida diária. O que é preciso é encontrar uma única maneira adequada, um único dado histórico importante, sem a exigência de novos acordos, pois só se depende de um como infantil e primário.

Ilustraremos, com um exemplo, uma alteração da cotidianidade vincular analítica, sua repercussão e significado.

Um casal interrompe, durante várias semanas, suas sessões, porque a mulher tinha decidido fazer uma viagem, à qual não pode renunciar. O marido não a acompanha, devendo ficar por motivos de trabalho. Este projeto continha desejos inconscientes contraditórios, e podia gerar um desacordo que iria

atentar contra a estabilidade vincular. A maneira de evitá-lo é uma recusa a respeito do sofrimento ocasionado por uma imposição superegóica, verbalizada pelo marido como "ter de ficar" por motivos de trabalho, e, por ela, "ter de ir, porque em sua idade já é tarde para postergar os desejos". Aceitar esta situação os obriga a um esforço de discriminação, transformado em hiperdiscriminação em relação a suas possibilidades egóicas.

Simultaneamente, deixam o pagamento das sessões para a volta, e, quando recomecem o tratamento, esquecem de pagar a dívida. A analista sente um pequeno incômodo, pela desconsideração envolvida no esquecimento, e se indaga o que fazer com o tema do dinheiro, que sofrera uma desvalorização. A desvalorização é o indicador social compartilhado, transformado em zona de ambigüidade para a compreensão analítica. Refere-se ao fenômeno descrito por Puget e Wender (1982), como os Mundos Superpostos. Nesta condição, o analista pode se achar impedido para discriminar adequadamente os significados inconscientes vinculares, os individuais e os correspondentes a uma situação compartilhada atual. Soma-se ao trauma pessoal o motivado pela interrupção de uma realidade social, no contexto analítico.

O casal se lembra e comentam entre si o atraso no pagamento, e dizem, displicentemente, que isso não tem importância, pois a analista não precisa desse dinheiro, porque tem outros pacientes que certamente a terão pago.

Portanto, retorna o recalco na transferência. Ao esquecer-se de pagar o devido, no enquadramento terapêutico, ficara imutável um acordo, que leva agora à sua transgressão. Contratransferencialmente, a analista registra o incômodo, atribuindo-o a motivos pessoais. Ela contava, naquele dia, com esse dinheiro.

Na sessão seguinte, mais uma vez esquecem de realizar o pagamento, e no último momento, decidem dar um cheque, o que implica uma nova demora. A analista contém o sentimento de não ser levada em conta, em função da ruptura do acordo que fazia parte do enquadramento do tratamento, não exigindo nova explicitação.

Durante a mesma sessão, relatam que, na noite anterior, ela tinha voltado para casa mais tarde do que tinha sido estabelecido, enquanto ele, ao se dar conta da demora, decidiu comer sem esperá-la, e foi ver um programa de televisão. Quando ela chegou, queria contar-lhe os acontecimentos do dia, tendo ele lhe pedido que esperasse até terminar o programa. Ela captou a hostilidade implícita dessa resposta, interpretando-a como um ato vingativo, devido à viagem dela. Espera do tratamento respeito de cada um pela individualidade do outro. Nela, essa formulação implica a tentativa de convencer o marido-para que não lhe seja exigida uma maior participação no casal. Ele comenta, em seu tom mais calmo e comedido, que, na realidade, não tinham discutido. A excessiva calma era sua forma de reagir, quando se sentia mais violento, atribuindo isso ao desagradado devido à alteração da cotidianidade no

vínculo, negado verbalmente, tanto entre eles como na transferência, na qual se quebrou um acordo de cotidianidade e uma estipulação do enquadramento, no que se refere ao pagamento (fizeram a analista esperar, sustentando uma idealização segundo a qual o tempo não passa para ela, o dinheiro não se desvaloriza, ela não tem necessidades), tratado com idealização, quanto à capacidade de tolerância da hiperdiscriminação.

A constante desvalorização também é uma forma de maus-tratos, mas proveniente agora do marco social com tendência a irromper e se repetir na transferência.

Por sua vez, a esposa rompeu um acordo de encontro, em uma hora fixada, e ele, negando a frustração produzida pela espera, criou um mundo próprio de comida e televisão, no qual já não necessita do objeto frustrante. No entanto, quando ocorre o reencontro, ele a faz esperar, assim como ela o fez antes. Ela interpreta essa conduta como vingativa, acrescentando um motivo causal: "é por minha viagem". Interpretação auto-referencial do mal-estar de seu marido e de sua própria ação. A violência negada surge deslocada, no material seguinte, onde relatam uma discussão em torno da relação com um objeto parental da família dela, que levou a uma cena de censuras, na qual se recriminaram sua mútua atitude de falta de atenção, deslocamento dos maus-tratos vinculares.

Transferência do significado das relações sexuais

Veremos, a seguir, como opera o parâmetro das relações sexuais e a transferência vincular.

No nível genital, a relação sexual implica a possibilidade de fusão entre os egos, com características não enlouquecedoras, devido à existência de um terceiro virtual, que assegura o regresso a uma relação triádica. Quando o terceiro se reveste de uma característica intrusiva ou hostil, a relação se altera. A fusão dos dois egos pode remeter ao começo de um corte narcísista, produzindo uma vivência de enlouquecimento. O papel do terapeuta seria o de criar as condições que façam a relação de casal adquirir um novo sentido. Ocupará, alternativamente, as posições desse terceiro excluído, incluído ou intruso potencialmente virtual, em suas diferentes configurações. Também pode ser amado ou perigoso com exclusão do outro. *Um bom processo analítico* seria aquele no qual o terapeuta passasse a ocupar o lugar de alguém do qual se pode prescindir, com a atribuição simultânea, pelo casal, daquele terceiro virtual dentro de seu vínculo. Quando isso ocorre, o terapeuta e o tratamento passam a ser uma *instituição zero*.

A existência de três pessoas reais, no campo psicoterapêutico com um casal, dá acesso à representação do interjogo triangular. Do lugar de um

terceiro, pode-se deduzir a patologia que existe na vida sexual de um dado casal. Qualquer um dos presentes no campo analítico pode estar situado no lugar de terceiro ou de um ausente desinteressado, abandonando o casal em uma relação de fusão sem retorno. Essas configurações, relacionadas com a situação daquele, nos dão acesso ao conhecimento de aspectos da configuração edípica dos pacientes e dos acordos inconscientes dela derivados.

Outra abordagem da transferência, relacionada com as relações sexuais, leva à detecção da reedição ou aparecimento de teorias sexuais infantis e do nível pré-genital compartilhado pelo casal, podendo se manifestar ideologizações como sistema de valores. Representam-se como opostos: violência-inernidade, hiperatividade-hiperpassividade, etc., dando conta do tipo de complementaridade produtora de desprazer.

As relações sexuais obrigam o casal a pôr em contato o nível corpo, próximo a seu referencial biológico como necessidade de outro, com o representado em nível mental, estabelecendo-se uma estreita dependência entre os dois níveis, tendo como consequência o reconhecimento da dependência de um outro. A complementaridade pode se orientar para o crescimento ou provocar culpa, frustração e violência. As relações sexuais deveriam se instalar como uma fonte de prazer renovável, configurando-se harmoniosamente o nível mental e o biológico, com a obtenção de reafirmação da própria identidade, fornecida pelo fato de confirmar um acordo inconsciente, orientado para o crescimento. Em caso contrário, e se o acordo se apoiar em identificações e escolhas de objeto infantis não-propícias, podem surgir fantasias incestuosas e de castração, associadas à genitalidade.

A relação sexual, no enquadramento de casal, possui um alto grau de especificidade, quanto à estrutura da fantasia derivada de uma escolha baseada em tais acordos, sob a forma de cumprimento de desejos complementares, em uma dada relação interfantasmática. O outro do casal se constitui no melhor objeto escolhido (embora não se possa saber para o que) até aquele momento, para cumprir o uso do pênis, no homem, e da vagina, na mulher. Dessa forma, é proposta uma situação paradoxal: o contato considerado como o mais próximo, biologicamente, é, por sua vez, o de maior nível simbólico. Efetivamente, o terceiro alguém cuja função é a de interromper essa fusão do ego com o objeto parental. Quando a relação sexual não passa pelo desejo pelo outro sexo, converte-se em uma interação baseada em traços não pertinentes, nos quais a norma é a transgressão das regras.

Vejam os dois curtos exemplos. Um casal já está há algum tempo em tratamento. Manifestamente, não possuem grandes conflitos, no que se refere à cotidianidade, ao projeto vital compartilhado e à tendência monogâmica. Porém, apresentam grandes dificuldades, angústia e insatisfação, nas relações sexuais. No material das sessões, o marido emprega, com bastante frequência, metáforas ou conceitos nos quais intervêm os termos *brando e duro* ("brando", em

espanhol, pode significar "brando" ou "mole", N. do T.) como "estar brando é estar bem" e "estar duro é equivalente à tensão e ao mal-estar". Ela se queixa da forma dele falar, acha-a difusa e a deixa impaciente, pois não consegue entender, o que lhe produz uma sensação descrita como um vazio mental. Ele acha que ela fala de uma forma *penetrante* e agressiva, o que o deixa louco, impedindo-lhe qualquer compreensão. Quando o analista fala, ela diz, com muita frequência, que se sente violentamente penetrada, queixando-se de que a interpretação a desorganiza, embora suponha que talvez isso seja bom para ela. Queixam-se um do outro, porque não reconhecem no outro signos de serem desejados sexualmente. Evitam todo o jogo antes da relação sexual. Ela se queixa do silêncio do marido e de sua falta de vitalidade.

O modelo sexual é o de um marido tornado impotente por uma mulher a quem considera fálica e de uma esposa não penetrada por um pênis retraído. Relatam que muitas vezes ficam recostados na cama, olhando para o teto, sempre esperando do outro um sinal ativo. Nas sessões, com frequência ficam em silêncio, esperando do analista sinais de seu desejo de receber palavras deles. O analista se sente invadido por um sentimento de impotência e desesperança, mas estimulado a fazer interpretações prematuras. Em outros momentos, uma interpretação produz uma irrupção de violência, sem que o analista possa identificar, com clareza, a partir do que foi produzida. O clima é de um constante desencontro dos três, no campo terapêutico.

Na configuração vincular e transferencial, são produzidas alianças de dois contra um. O excluído sente mal-estar, ciúme e, contra transferencialmente, o analista se sente incomodado. Quando falam, fazem-no por turnos rigorosos, não permitindo a interrupção-penetração do outro. O diálogo só funciona segundo o modelo da intrusão violenta que deixa impotente, castra ou enlouquece. Em certos momentos, é o analista quem veicula a fantasia de castração.

Outro casal, cuja vida sexual era praticamente inexistente, apresenta, nas sessões, intercâmbios de grande desencontro. Quando ele é carinhoso, ela reage com violência. Quando ela é terna, ele a censura pela impostura. Não se olham quando falam, fazendo-o apenas com o terapeuta, com o qual estabelecem relações de cumplicidade, para denegrir e humilhar o outro. Contra transferencialmente, provocam certa dificuldade para implementar uma interpretação, devido ao medo de aumentar a exclusão de um dos dois. Quando a interpretação inclui a ambos, logo se sentem dentro de um marco aprisionante e procuram sair de uma fusão sentida como enlouquecedora, discriminando os elementos próprios, mas não desejados, convertidos em inadequados e não-reconhecidos. Sustentam a idéia de que a diferença entre eles é produtora de assimetria, impossibilitando qualquer encontro. Está carregada de uma qualidade hostil, com tendência a manter uma distância, apoiada em uma vivência de incompatibilidade.

Transferência do projeto vital

O projeto vital de um casal também ocupa o lugar de um terceiro virtual. Este possui uma característica diferente da descrita no parâmetro das relações sexuais: é perdido no momento de ser realizado, já não tendo a condição de projeto, sendo assimilado à cotidianidade. Na qualidade de terceiro, se reveste da idéia de uma temporalidade, separando o presente do futuro, sendo este último balizado com sua possível concretização. Por sua vez, o tempo delimita um espaço no qual é privilegiado o compartilhar em função desse projeto. O projeto por excelência, na vida de um casal, é o filho real. Sobre este modelo é possível conceber os filhos simbólicos. Isso possibilita que os pais imaginem um futuro para ele, tornando complexo o nível de compartilhamento sustentado pela fantasia da promessa de uma continuidade no tempo, mediante as trocas que, ao longo de sua vida, o filho irá realizar. Este também é representante dos desejos das figuras parentais, podendo adquirir a qualidade de mandato. Caracterizar o filho como simbólico é pensá-lo a partir dos desejos de um casal, de produzir fatos novos, primeiramente imaginados e depois concretizados, por meio de uma série de passos e realizações. Implica uma reorganização e modificação vincular. Também deriva de um mandato cultural e social, tanto no que se refere à continuidade da espécie como à construção da história futura. Deve-se destacar a característica de fato novo, situado no futuro, ao qual se irá chegar, através da atividade de ambos os membros do casal. Os filhos simbólicos continuam sendo as alternativas próprias das etapas da vida de um casal, adquirindo nomes diferentes em função do ciclo vital. Todavia, nem todo o projeto surgido na mente de um dos membros do casal se transforma em projeto do casal. Para tanto, remetemos à divisão do espaço vincular em zonas mentais compartilhadas, possivelmente compartilháveis e não-compartilháveis, delimitando os possíveis espaços de intercâmbio e outros de funcionamentos individuais. Os aspectos não-compartilháveis podem se transformar em terceiros excluídos, despertando um certo tipo de patologia. Pode-se pensar que os projetos individuais produzem, para sua realização, uma alteração ou modificação estrutural na vida do casal, mas nem por isso se transformam em projetos compartilhados. O lugar dos projetos individuais irá depender da possibilidade de se identificarem mutuamente com os desejos e interesses do outro, representados em cada ideal do ego.

O projeto vital compartilhado surge no momento da passagem do enamoramento para o desenamoramento. O enamoramento circunscreve um espaço no qual predomina a relação dual, na qual não cabem terceiros, naquele momento representados pelos objetos parentais e pelo desejo de contar com um Objeto Único, para superar uma potencial situação de desamparo. O enamoramento evolui com a criação, no espaço mental e vincular, de um lugar

terceiro, o *casal*, como um ponto logo ampliado até gerar um espaço no qual advém o filho.

Todo projeto se instala em um lugar vacante, uma ausência e na possibilidade de simbolizá-lo em um futuro. Na etapa de enamoramento, não é admissível o espaço vazio, devido ao nível de fusão e de comunidade, não havendo por isso simbolização, enquanto não começar o processo de desidealização.

O tratamento psicanalítico do casal é um espaço de significação e síntese dos projetos dos três integrantes. Para os membros do casal, a deterioração do vínculo, a perseguição ou a dor correspondente, tornam a terapia um projeto futuro, baseado na idéia ilusória de rápida supressão da dor, com o ressurgimento do prazer, recuperando o faltante no êxito futuro. Quanto ao terapeuta, este, ao empreender a terapia de um casal, realiza um projeto consciente sobre o qual funda sua vocação analítica, segundo um marco referencial teórico-científico, mediante o qual instrumentaliza, de forma adequada, suas possibilidades de reparação e epistemofílicas, que o levam a privilegiar o conhecimento das vicissitudes de um casal, bem como o desejo de implementar mudanças, obter êxitos específicos para cada caso. O tratamento é iniciado sobre um acordo, segundo o qual, embora o terapeuta não explicita seu modelo mental, a respeito do funcionamento ideal de um casal, os pacientes projetam a idéia de adquiri-lo para resolver seu conflito. O acordo inconsciente leva implícita a idéia de ocupar o lugar de conhecimento, cuja sublimação conforma o desejo de ajudá-los, desde que o casal aceite ser ajudado. É o acordo mínimo, sobre o qual se baseia o futuro projeto terapêutico.

Logo a seguir e como parte das vicissitudes transferenciais-contratransferenciais, a tarefa se investe de um *desejo reparatório, no que se refere ao casal interno* do terapeuta, projetado sobre o casal-paciente. Quando isso ocorre, leva a uma certa intolerância e/ou dificuldade de entendimento, sobretudo nos momentos em que o projeto deixa de ser compartilhado, porque o casal implementa um outro, do qual o terapeuta não participa ou vice-versa. A partir de um certo momento, o terapeuta deseja seguir adiante com o próprio ideal de terapia, contendo um ideal de casal, mas não acordado como um projeto comum compartilhado com o paciente. Este último é sustentado apenas enquanto for um projeto dos três integrantes, em um nível compartilhado aceitável. Quando isso não for possível, rompe-se um dos vínculos. Tanto o do casal, quando chegam a uma separação, como o vínculo terapêutico, quando o analista é subitamente expulso da relação tripossoal, ficando com a dor de não ter podido realizar seu projeto terapêutico, com este determinado casal.

Quando o término de um tratamento é resultado de um projeto compartilhado, a interrupção do vínculo terapêutico se dá como um processo natural, produzindo sentimentos da série depressiva. O analista recupera sua autonomia e possibilita ao casal restabelecer um espaço vincular de dois, ocupando ele

lentamente um lugar virtual. Portanto, adquirir esse lugar representa, para os três, a materialização do projeto. O projeto deixa de sê-lo quando se realiza, sendo incorporado à cotidianidade, ou seja, ao presente, podendo-se interromper o tratamento. A elaboração do término também depende da possibilidade de conceber projetos individuais e um espaço futuro, sem a presença do tratamento. No terapeuta, seu projeto é o de reparar seu próprio casal interno, tanto os pais como o seu vínculo com o instrumento analítico de casais, ter outros pacientes e descobrir novas vicissitudes do funcionamento mental.

Transferência da tendência monogâmica

A tendência monogâmica significa a conjunção de uma prescrição social e uma inclinação ou tendência, em cada um dos integrantes, a estabilizar a maior parte de seus intercâmbios com o casal. Aquilo que, no nível manifesto, é a tendência monogâmica, contém uma complexidade que abrange a zona definida, no outro extremo, como a vivência de ser somente um para o outro, como acontece no estado de enamoramento acompanhado de fascinação, relação especular, até se converter, paulatinamente, em um ato psíquico vincular da maior complexidade, que consiste em ampliar a possibilidade de compartilhar tudo o que for compartilhável, admitindo a dor de conhecer, no outro, a existência de espaços mentais não-acessíveis.

A tendência monogâmica pode ser analisada de diferentes perspectivas. Oferece tanto um lado progressivo como regressivo, quando se refere a funcionamentos primitivos. A mesmidade dos personagens primitivos parentais que assistem o bebê é instalada como um modelo vincular que pode, pouco a pouco, passar a uma outra dependência mais discriminada. Para tanto, terá de sofrer certas modificações, para tolerar outros modelos identificatórios, fornecidos pela presença de outros personagens. Podem conviver em seu mundo interno vários modelos identificatórios e as diferenças entre eles ou suas contradições irão lhe permitir, por sua vez, construir um modelo de referência unificado.

Desde o início da vida também se entra em contato com um modelo relacional do casal parental, sobre o qual se constrói uma representação vincular, base de seu próprio modelo de casal. Ao se instalar uma relação de casal, o ego volta a se pôr em contato com todos os modelos adquiridos e, às vezes, na melhor das hipóteses, os recria. A possibilidade de reconhecer a existência do outro ego como objeto real externo autônomo leva à construção de um vínculo baseado na representação de objeto unificado (ver capítulo 1).

A transferência desse parâmetro passa por dois períodos simultâneos ou sucessivos. Durante o primeiro, o terapeuta sofre as vicissitudes de ser investido como Objeto Único por cada um dos membros do casal. Provavelmente, será

a isso que irão se dever as melhoras sintomáticas realizadas no nível vincular, por serem momentaneamente aliviados da função de reinvestir e ser reinvestido narcisisticamente um pelo outro. Essa transferência para a figura do analista os alivia das exigências e tiranias emanadas desse funcionamento primitivo vincular.

Além disso, o terapeuta, com uma teoria psicanalítica da relação de casal, apóia-se em um enquadramento a partir do qual redefine o paciente como casal. Essa formulação possui conseqüências futuras, quando se dá uma passagem de estrutura vincular primitiva a objeto unificado. Isso tende a se acentuar próximo da finalização do tratamento. Incorporar o terapeuta implica, por sua vez, identificar-se com aquele que possui um enquadramento que permite pensar-se sem a urgente necessidade de serem os únicos objetos da vida de cada um.

Provavelmente, na mente dos membros do casal, o analista seja capaz de encontrar, idealmente, uma complementaridade para cada intercâmbio, sem somá-los na indiscriminação enlouquecedora, orientando-os para uma harmonia mais próxima do ideal do ego. As interpretações em que o terapeuta inclui a ambos, em sua formulação, deverão poder discernir quando são o resultado de uma contra-identificação com a qualidade de Objeto Único, para um vínculo destruído e desamparado, e quando são o de um funcionamento vincular correspondente a níveis de maior complexidade, progresso e reconhecimento das diferenças e do referente ao mundo vincular compartilhado e não-compartilhado.

CONTRATRANSFERÊNCIA NA TERAPIA DE CASAL

Embora tenhamos mencionado diversas vicissitudes do par transferência-contratransferência, ao longo deste capítulo, desejamos dedicar um item especial para alguns destaques, pois as dificuldades na compreensão e manejo técnico deste campo vincular apresentam algumas características especiais.

Em geral, entendemos por contratransferência todas as repostas do analista diante da conflitiva do paciente, tanto em seu aspecto facilitador como inibidor da compreensão. Estes últimos costumam estar relacionados com pontos cegos da vida do analista (infantil ou atual), determinados por seus diferentes momentos históricos, sua configuração identificatória ou seu funcionamento psíquico. Algumas experiências atuais também podem produzir certo tipo de dificuldade na abordagem da conflitiva do paciente (Pugé e Wender, 1982). Um dos maiores obstáculos para a compreensão e empatia contratransferencial geralmente provém da descoberta de tendências ou aspectos negados ou recusados.

Na análise de casal, partimos de um pressuposto: os pontos cegos estão relacionados com a representação do objeto casal internalizado do analista, construído ao longo de sua vida e atualizado por sua própria relação vincular de casal atual.

Como psicanalistas de casal, é necessário indagar se as respostas contratransferenciais, diante de um paciente individual ou um casal, correspondem à mesma área mental e aos mesmos objetos, ou, de outra maneira, se são mobilizadas áreas peculiares correspondentes aos diferentes enquadramentos terapêuticos: individual, de casal, de família ou de grupo. Alguns usuários do método psicanalítico explicam as reações contratransferenciais do mesmo modo, embora surjam em enquadramentos diferentes.

Nós pensamos na conveniência de isolar áreas ou constelações objetivas específicas. Isso nos levou a propor a conveniência, para o terapeuta de casal, de ele próprio realizar uma análise de casal, como forma de acesso a tais pontos cegos. Essa sugestão provavelmente será matéria de árdua discussão, pois desperta intensas reações emocionais. No entanto, cada vez mais os analistas dedicados a enquadramentos vinculares têm feito, eles próprios, uma experiência pessoal de análise deste tipo. Deve-se assinalar que sua apreensão psicanalítica, no que se refere ao material, os encontra com uma maior disponibilidade a se porem em contato com o casal como uma unidade e não apenas como duas pessoas em conflito.

Seria agora conveniente nos indagar pelo referencial primitivo do objeto casal de um indivíduo adulto. A experiência como integrante de um casal genital remete a funcionamentos primitivos elaborados ou não, confrontando-se com uma experiência inédita. A primeira representação de casal, no nível inconsciente, é a de um casal parental, no qual o ego infantil está incluído como *filho*, apoiando a crença de ter esse casal parental permanentemente a seu serviço. Equivale a dizer "é um casal parental para mim". Reconhecer neste um casal marido-mulher é uma tarefa longa e árdua. O poder pensá-lo resulta de seus próprios modelos identificatórios e da transmissão a partir da geração anterior dos pais.

No casal marido-mulher surgem conflitos da série edípica, na qual o filho ocupa, por sua vez, um lugar de terceiro excluído, com a gama de sentimentos e emoções experimentados nessa posição. Para ajudar um casal (matrimonial) a construir um espaço vincular próprio (diferente do do casal parental), não teríamos o referencial vivencial primitivo. Para evitar essa carência, habitualmente o terapeuta remete o casal-paciente a seu próprio casal atual, sendo a ele difícil ter objetividade com os aspectos regressivos ou sintomáticos do mesmo. A angústia derivada desse conflito pode levar a escotomas. Quanto mais primitivos forem as tendências e sentimentos atualizados, em nosso trabalho como analistas, mais a análise pessoal do analista o ajudará a transformá-los em

experiência, reconhecimento, contato e tolerância com os vivenciados pelos pacientes. Assim, como é possível analisar um casal sem ter tido a experiência de análise de casal?

Outra das dificuldades e núcleo de divergências entre os analistas de casal deriva do modelo de casal utilizado consciente ou inconscientemente. Embora o referencial aos ideais seja o que vigora em qualquer tratamento, parece haver um maior grau de complexidade, no caso que agora nos ocupa. Não é fácil dizer o que é o bem-estar de todo casal, nem como, nem no que consiste o aspecto progressivo vincular. O que se entende como de maior complexidade vincular? Todos os casais por nós atendidos podem chegar a essa maior complexidade vincular? Essa maior complexidade é terapêutica? Temos de admitir um tipo de complementaridade satisfatório, sem por isso chegar a um maior crescimento vincular, e no entanto, ser esta a melhor solução? Um terapeuta de casal, em cujo mundo interno figura um casal parental registrado como unido, sem lugar para as angústias derivadas da separação, poderia orientar suas interpretações de maneira a torná-las de acordo com seu modelo ideal. Procurará unir os casais, com o que satisfaz sua relação com aqueles pais internos, encontrando-se obstaculizado para reconhecer um tipo de vínculo para o qual pudesse ser de maior complexidade a separação. Diante da fantasia vinculada com a separação, o terapeuta pode registrar angústia contratransferencial pela situação recém-descrita, ou por um desejo primitivo de separar os pais, dentro da série edípica, ou por pressão social. Outro terapeuta, para o qual pode ter significado um alívio a separação dos objetos parentais, devido a uma relação de maus-tratos mútuos, com o conseguinte sofrimento para o ego infantil, poderá visualizar, com mais perspicácia, essa alternativa.

Outra dificuldade contratransferencial provém da representação mental de casal unido, em uma base de má-complementaridade. Este é o caso quando somos, simultaneamente, objeto da transferência de dois aspectos provenientes de níveis diferentes de cada um dos membros do casal, como, por exemplo, pai edípico de um e Objeto Único do outro. O terapeuta procurará desfazer-se de um desses aspectos, a fim de evitar a dificuldade derivada do manejo simultâneo de dois níveis projetados com a mesma força, ou porque lhe é difícil verbalizar e devolver aos pacientes a problemática vincular promovida por esse tipo de funcionamento. É como se ambos os componentes do casal se manejassem com um princípio de complementaridade e imaginassem, em todos os momentos, viver uma mesma conflitiva interna, dividida entre os dois. No entanto, é bastante comum observar a convivência de dois níveis, pretendendo, ilusoriamente, unir-se, situando-se no mesmo.

Outro problema contratransferencial surge quando a organização vincular sustenta convicções delirantes compartilhadas. Parece ser uma barreira maior à análise do que a manifestada por um único paciente. Duas ou mais pessoas, compartilhando uma convicção, geram um fenômeno por meio do

Faz parte de nossa tarefa diária qualquer uma das dificuldades contratransferenciais induzidas pelo casal que mencionamos.

Configurações contratransferenciais

Nossas próprias observações contratransferenciais e as supervisionadas nos levaram a reconhecer, no campo tripessoal, algumas organizações prototípicas, dentro das quais o analista pode se sentir mentalmente situado, preso ou obstaculizado, para empregar a interpretação como condutora de compreensão e conhecimento. Circula sem discriminação o mesmo tipo de sentimento e emoção, para o casal e para o analista, levando a experimentar desesperança, impotência, perseguição, etc.

Na realidade, as configurações que iremos descrever a seguir são uma dramatização dos aspectos antes mencionados como dificuldades contratransferenciais. Todavia, pela frequência com que aparecem, enquanto estilo de dramatização, parece de alguma utilidade destacá-las.

"O tribunal". O analista é instalado no lugar de juiz e cada paciente é uma espécie de advogado defensor de si próprio. Existe um culpável e o juiz deverá reconhecê-lo. Sua tarefa será a de estabelecer um código de valores, segundo o qual ditará a sentença. O litígio será proposto em torno de opostos: bom-mau, verdade-mentira, certeza-erro, teus pais-meus pais, etc. Podem surgir opostos irreconciliáveis, veiculando valores provenientes de um código de ética diferente, aos quais se tenta dar uma forma coerente, organizando vínculos assimétricos de superior-inferior, preferido-querido ou excluído, que veiculam sentimentos de humilhação.

Essa configuração se apóia na tentativa de dirimir um desacordo, a partir de uma ordem registrada projetivamente como imposta de fora, e um reconhecimento doloroso de uma profunda falta na capacidade de se fazer entender pelo outro, mediante palavras elaborativas. A perda de uma ilusão de fusão aprofunda uma ferida narcista que poderia — ilusoriamente — curar-se, se um juiz obrigasse um dos integrantes a se avir com um código de significado único.

"Cúmplices". Esta configuração dos três integrantes se organiza mediante alianças de dois, com exclusão de um terceiro. A aliança pode ser investida de um componente perverso, que se manifesta como cumplicidade, na qual os dois aliados recriam um inimigo comum, mediante o uso de qualquer técnica de maus-tratos para mantê-lo nessa posição. Nessa cumplicidade circula um subentendido, ou seja, não fazem falta palavras para reconhecer a maldade ou inferioridade do opositor. Ocasionalmente, o analista se vê obrigado a ser incluído em um casal, para o qual não foi escolhido, sendo sua interpretação intensamente resistida.

"Amantes". Nesta estrutura vincular, os problemas ou dificuldades contratransferenciais são devidos ao estabelecimento de uma transferência erótica com a figura do analista. É a situação na qual o analista pode ver dificultada sua tarefa e sua compreensão, pelas tentativas de sedução de um dos membros do casal, devido a funcionamentos eróticos. Novamente, iremos considerar essa dramatização como uma dramatização resistencial.

Comparando nossa resposta contratransferencial no campo tripessoal e no bipessoal, neste último a emergência de significados eróticos dos pacientes produz em nós uma certa dificuldade para pensar e para interpretar. Esse problema apresenta uma intensidade particular e dificuldades peculiares na terapia de casal, cujo enquadramento delimita uma relação frente a frente dos três integrantes. Uma primeira situação deriva do valor do olhar que, neste caso, atuaria como uma violente irrupção a partir do mundo exterior daquilo que tinha sido objeto de recusa. Ver-se e ser visto pode aumentar a dor psíquica da qual se tenta fugir. Enquanto a dor puder ser vivida como externa ao aparelho psíquico, é possível evitar parte de suas conseqüências, preservando um funcionamento mental, embora reduzido, mas pelo menos adequado às necessidades da vida diária. Na transferência erótica, o ver-se e ser visto se transforma em mostrar-se com uma qualidade erótica, como maneira de aludir à dor psíquica.

Notas do capítulo 7:

1. Uma primeira versão deste capítulo foi publicada na *Revista de A.A.P. de G.*, tomo IX, nº 1, 1986.